

A DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

SHEILA CECCON¹

RESUMO

Este artigo problematiza a relação existente entre política e educação. Registra qual a concepção de política que serve de base para a reflexão e discorre sobre a educação necessária para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A educação como um ato político é a base da argumentação apresentada. Como indicadores de aspectos importantes a serem trabalhados na perspectiva de construir participação e justiça social, os quatro pilares de autoria de Herbert de Souza são citados e justificados. Finalizando, a educação popular, em quaisquer tempos ou espaços, é apresentada como necessária para a construção de novas realidades.

PALAVRAS CHAVE:

Educação Popular. Política. Cidadania.

1. Engenheira agrônoma, especialista em Horticultura pela Universidade de Pisa-Itália, mestre em Ensino e História de Ciências da Terra, pelo Instituto de Geociências da UNICAMP-SP. Atua na área de meio ambiente e educação. No Instituto Paulo Freire, coordena duas instituições mantidas: a Casa da Cidadania Planetária, responsável por projetos na área de educação socioambiental, e a UniFreire, que, constituída por uma rede de pessoas e instituições, é um espaço de produção e publicização de conhecimentos fundamentados nos princípios freirianos. É uma das organizadoras do livro "Município que Educa: Múltiplos Olhares" (2011) e autora do livro "Educação Ambiental Crítica e a Prática de Projetos" (2012), ambos publicados pela Editora e Livraria Paulo Freire.(sheila.ceccon@gmail.com ou sheila@paulofreire.org).

ABSTRACT

This article problematizes the relationship between politics and education. It records the conception of politics that serves as the basis for reflection and discusses the education necessary for the construction of a more just and solidary society. Education as a political act is the basis of the argument presented. As indicators of important aspects to be worked out in the perspective of building participation and social justice, the four pillars of Herbert de Souza's authorship are cited and justified. Finally, popular education, in any times or spaces, is presented as necessary for the construction of new realities

KEY WORDS

Popular Education. Politics. Citizenship.

INTRODUÇÃO

Existem diferentes concepções de educação e diversas compreensões sobre o significado de “política”. Desta forma, é importante explicitar sob quais perspectivas ambas serão tratadas no decorrer deste artigo.

A dimensão política da vida humana é profunda e muitas vezes velada. Hanna Arendt, em seu livro “A condição humana”, de 1958, já declarava que *“todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política”*. Homens e mulheres somos sujeitos históricos e sociais e nossas ações são entretecidas com a coletividade a qual pertencemos. A ética que orienta nossas atitudes contribui para o aumento da justiça na sociedade ou para sua redução. Nossas práticas cotidianas traduzem nosso posicionamento político e impactam, em maior ou menor medida, o funcionamento da cidade onde vivemos.

Política tem origem na palavra grega “politikós”, que se refere ao urbano, ao que é público, a tudo o que diz respeito à “pólis”. Mas não há, até hoje, uma definição universalmente aceita sobre política, sendo um conceito em disputa. É um dos termos que adquiriram significados técnicos conferidos por aqueles que usam a linguagem política para fins teóricos e aos poucos vêm *“entrando continuamente na linguagem da luta política do dia-a-dia, que por sua vez é combatida, não o esqueçamos, em grande parte com a arma da palavra, e sofrem variações e transposições de sentido, intencionais e não-intencionais, muitas vezes relevantes”*. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO ,1998).

Ao analisarmos a política desta perspectiva, ao compreendermos a gravidade das “transposições de sentido”, intencionalmente praticadas por meio da “arma da palavra”, para subjugar uns aos interesses de outros, torna-se mais evidente a importância da educação na formação das pessoas que vivem na pólis. Mas não de qualquer educação. Processos educativos podem promover a emancipação ou fortalecer a opressão, a subjugação.

A gestão da cidade se dá em diferentes espaços de poder. Existem variadas formas de participação política, diferentes maneiras de ocupação dos espaços de participação social nos territórios, e todas estão invariavelmente relacionadas à disputa por poder, à disputa por interesses de uns tensionados pelos interesses de outros.

Política e poder são, portanto, indissociáveis.

POLÍTICA, PODER E EDUCAÇÃO: A SERVIÇO DE QUEM?

A educação está diretamente relacionada à transformação. Ao contrário do que temos visto e vivido na sociedade contemporânea, “conhecer” não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe “dá”.

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.

Por isso mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo, aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas.

Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende (FREIRE, 1982, p. 27).

Nesta perspectiva, não há construção de conhecimento quando o que se estabelece é um processo de “consumo de informações”, onde conteúdos distantes da realidade são apresentados sem que os/as educandos/as reflitam sobre eles, façam conexões com o mundo vivido e extraiam “sentido” do que estudam. Uma educação preocupada em formar sujeitos críticos, participativos, éticos e criativos, objetivos registrados na grande maioria dos Projetos Político Pedagógicos, não se concretiza quando se separa o conteúdo estudado da realidade vivida, quando o planejamento é elaborado para estudantes “imaginários”, dissociados de seus territórios, de sua própria cultura.

A fragmentação do conhecimento e seu distanciamento do mundo real têm estado “a serviço” do fortalecimento do atual modelo de sociedade: consumista, individualista, competitiva, irresponsável social e ambientalmente. Uma sociedade adoecida, empobrecida, dominada. A manutenção deste atual modelo de sociedade depende de uma população que não reflita, obedeça aos “mandos” dos grandes meios de comunicação, não pense, trabalhe.

Ao mesmo tempo, temos esgotado riquezas naturais para produzir quantidades cada vez maiores de produtos que não necessitamos, mas que somos levados a desejar. Produtos programados para tornarem-se obsoletos em um curto espaço de tempo, transforma-se em resíduos a serem descartados. A obsolescência programada, símbolo da irresponsabilidade dos nossos tempos, traduz a essência da sociedade capitalista. O imediatismo do lucro de uma minoria se sobrepondo aos interesses da humanidade, seja do ponto de vista social, seja do ambiental.

É importante termos clareza de que a opção por uma educação que mantenha a sociedade como está é uma opção política pela continuidade da gestão das cidades de maneira que os interesses de uma minoria continuem se sobrepondo

aos interesses da grande maioria das pessoas. Não interessa, à minoria dominante, que a população seja crítica, analise, posicione-se autonomamente, exerça seus direitos com liberdade, participe socialmente de maneira qualificada.

Formar pessoas que não gostem de política é uma estratégia política daqueles que não só “gostam” de política, mas dela se beneficiam.

Não podemos prescindir da formação de pessoas que refletem sobre o mundo e se posicionam criticamente no sentido de torná-lo mais justo para todos e todas. Agir e refletir são intrínsecos à condição humana. Homens e mulheres são seres da práxis, da ação e da reflexão. Atuando, transformam; transformando, criam uma realidade que, por sua vez, envolvendo-os, condiciona sua forma de atuar. Não há, por isto mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois não existe um sem o outro. (FREIRE, 1982, p. 28).

A educação emancipadora liberta. É transgressora da ordem vigente. Forma sujeitos que sonham melhorar o mundo e agem no sentido de transformá-lo. Este modelo de educação, evidentemente, não interessa à minoria que detém o poder de gestão da pólis. Trata-se de uma educação comprometida com a formação de homens e mulheres que são sujeitos de suas próprias histórias, pessoas que refletem sobre a realidade a partir de diferentes pontos de vista e posicionam-se em relação a ela. É uma educação que não aliena. Promove o olhar crítico sobre a realidade. Ensina a dialogar e a “tomar partido”, na perspectiva de manifestar sua opinião, tomar posição, autonomamente, em relação aos fatos e às situações cotidianas.

Em 1993, no livro *Política e Educação*, Paulo Freire fez menção à tarefa educativa de “desocultação” das verdades que distorcem a razão de ser dos fatos, reproduzindo a ideologia dominante em vez de promover emancipação e autonomia:

Se a reprodução da ideologia dominante implica, fundamentalmente, a ocultação de verdades, a distorção da razão de ser de fatos que, explicados, revelados ou desvelados trabalhariam contra os interesses dominantes, a tarefa das educadoras e dos educadores progressistas é desocultar verdades, jamais mentir. A desocultação não é de fato tarefa para os educadores a serviço do sistema. Evidentemente, numa sociedade de classes como a nossa, é muito mais difícil trabalhar em favor da desocultação, que é um nadar contra a correnteza, do que trabalhar ocultando, que é um nadar a favor da correnteza. É difícil, mas possível. (FREIRE, 1993, p. 48).

Esta educação a que se refere Paulo Freire está a serviço do bem comum, dos direitos humanos, da justiça social, do equilíbrio ambiental. É uma educação que promove o exercício da cidadania, se coloca a serviço da vida de todos e todas, de todas as espécies.

A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DE UMA UTOPIA

A partir das concepções de política e de educação anteriormente citadas, agiganta-se o desafio de incidir no contexto atual no intuito de torná-lo mais justo e solidário. Como formar cidadãos e cidadãs, éticos e participativos, comprometidos com a “desocultação de verdades”, com justiça social e ambiental, com uma sociedade melhor para todos e todas?

Herbert de Souza² defendia que para que existam participação e compromisso social, a sociedade precisa ter por base quatro pilares: a participação, a igualdade, a diferença e a comunhão.

- A participação: o ser humano é inteligente e livre, não quer ser apenas beneficiário, mas participante do projeto coletivo. Só assim ele se faz sujeito da história. E esta participação precisa começar das bases da sociedade. (SOUZA apud BOFF 1994, p. 72, apud GUIMARÃES, 2005. p. 83).

Não aprendemos a participar lendo livros. Aprendemos a participar, participando. O exercício da participação nos desafia a pesquisar, construir argumentos, analisar fatos e contextos, assumir posições. Estimula-nos a “tomar partido” a favor desta ou daquela proposta, a construir soluções.

Uma educação comprometida com a construção de uma sociedade democrática, formada por sujeitos que ocupam espaços de participação social, precisa promover o exercício da participação, cotidianamente. Atuar em Grêmios Estudantis e Conselhos de Escola, contribuir com a resolução de problemas por meio das Associações de Bairro, integrar-se aos Conselhos Municipais na construção de uma cidade mais digna, somar-se a Comitês e Conselhos Estaduais e Nacionais em defesa de diferentes direitos humanos e sociais, são formas de participação cidadã. Possibilidades de exercício de cidadania ativa, de efetiva contribuição para a construção de outras realidades.

- A igualdade: resulta da participação de todos. Cada um é singular é diferente, mas a participação impede que a diferença se transforme em desigualdade. É a igualdade na dignidade e no direito que sustenta a justiça social. (SOUZA apud BOFF 1994, p. 72, apud GUIMARÃES, 2005. p. 83).

O oposto de igualdade é desigualdade, não é diferença. Diferenças enriquecem, tornam a sociedade plural. Desigualdades envergonham. A construção de uma sociedade igualitária implica diálogo, escuta atenta e sensível de diferentes pontos de vista, implica participação popular na construção de justiça social. Conforme Freire (2001), a verdadeira democracia não coexiste com desigualdade social.

2. Herbert José de Sousa, conhecido como Betinho, foi um sociólogo e ativista dos direitos humanos. Brasileiro, concebeu e dedicou-se ao projeto “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”.

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa.” (FREIRE, 2001, p. 25).

- A diferença: deve ser respeitada e acolhida como manifestação das potencialidades das pessoas e das culturas e como riqueza nas formas de participação. São as diferenças que revelam a riqueza da mesma e única humanidade. (SOUZA apud BOFF 1994, p. 72, apud GUIMARÃES, 2005. p. 83).

As diferenças enriquecem a convivência, ampliam visões de mundo. Teremos sempre diferenças e semelhanças. A maneira como “olhamos” para nossas diferenças – culturais, geográficas, religiosas, políticas etc. – afasta-nos ou aproxima-nos uns aos outros. A formação cidadã, comprometida com a construção de uma sociedade democrática, valoriza as diferenças e identifica as semelhanças, construindo sinergias. Paulo Freire, no livro *Pedagogia da Esperança*, escreveu sobre a importância da criação de “unidade na diversidade”:

As chamadas minorias, por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são maioria. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical.” (FREIRE, 1994, p. 154).

- A comunhão: o ser humano possui subjetividade, capacidade de comunicação com sua interioridade e com a subjetividade dos outros, é capaz de valores, de compaixão e de solidariedade com os mais fracos e de diálogo com a natureza e com a divindade. Eis a espiritualidade. (SOUZA apud BOFF 1994, p. 72, apud GUIMARÃES, 2005. p. 83).

Vivemos em uma época onde a espiritualidade e a materialidade disputam corações e mentes. Amit Goswami, autor indiano, PHD em Física Quântica pela Universidade de Calcutá, mundialmente conhecido por defender a substituição do materialismo pela consciência como base para o mundo, escreveu sobre a confusão que “satura” o mundo contemporâneo.

Um nível crítico de confusão satura o mundo contemporâneo. Nossa fé nos componentes espirituais da vida – na realidade vital da consciência, dos valores e de Deus – está sendo corroída sob o ataque implacável do materialismo científico. Por um lado, recebemos de braços abertos os benefícios gerados por uma ciência que assume a visão mundial materialista. Por outro, essa

visão, predominantemente, não consegue corresponder às nossas intuições sobre o significado da vida. (GOSWAMI, REED E GOSWAMI, 1998, p. 19).

No sistema capitalista o dinheiro é a “divindade” maior, imposta e aceita sem maior questionamento pela sociedade. Não refletimos, consumimos. Não questionamos, obedecemos ao “mercado”. Mas, apesar disso, sabemos que há algo por resolver em nossa existência. A incompletude é evidente. Existem inquietudes, crenças e intuições que nos levam a buscar outras respostas.

Estes quatro pilares de Herbert de Souza – participação, igualdade, diferença e comunhão – são pistas, indícios de caminhos a serem trilhados na perspectiva de construção de novas realidades, mais democráticas, justas e solidárias. Contribuem com a opção política de formar cidadãos e cidadãs, éticos e participativos, comprometidos com uma sociedade melhor para todos/as.

CONSIDERAÇÕES EM PROCESSO

Ao longo deste artigo apontei as concepções de política e de educação que tomo por referência e apresentei indícios do que precisamos trabalhar, estar atentos, para que existam maior participação e compromisso social na sociedade em que vivemos. Escrevi sobre a importância de uma educação crítica, democrática, emancipadora, contextualizada, que faça sentido para os educandos e educandas, que qualifique a incidência dos mesmos no mundo.

Para finalizar, transcrevo um trecho escrito por Paulo Freire no livro Política e Educação, onde ele dá exemplos concretos de como se dá a educação popular dentro dos sistemas educacionais, dentro das escolas.

Nesta altura da reflexão, me parece importante deixar claro que a educação popular cuja posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza é exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade.

É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais.

É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição de classe e, por isso mesmo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos.

É a que trabalha, incansavelmente, a boa qualidade do ensino, a que se esforça em intensificar os índices de aprovação através de rigoroso trabalho

docente e não com frouxidão assistencialista, é a que capacita suas professoras cientificamente à luz dos recentes achados em torno da aquisição da linguagem, do ensino da escrita e da leitura. Formação científica e clareza política de que as educadoras e os educadores precisam para superar desvios que, se não são experimentados pela maioria, se acham presentes em minoria significativa. Como, por exemplo, a ilusão de que os índices de reprovação revelam uma certa rigorosidade necessária ao educador; como, por exemplo, vaticinar nos primeiros dias de aula, que estes ou aqueles alunos serão reprovados, como se os professores devessem ser videntes também.

É a que, em lugar de negar a importância da presença dos pais, da comunidade, dos movimentos populares na escola, se aproxima dessas forças com as quais aprende para a elas poder ensinar também. É a que entende a escola como um centro aberto à comunidade e não como um espaço fechado, trancado a sete chaves, objeto de possessivismo da diretora ou do diretor, que gostariam de ter sua escola virgem da presença ameaçadora de estranhos.

É a que supera os preconceitos de raça, de classe, de sexo e se radicaliza na defesa da substantividade democrática. Por isso mesmo se bate por uma crescente democratização nas relações que se travam na escola e das que se estabelecem entre a escola e o mundo fora dela.

É a que não considera suficiente mudar apenas as relações entre educadora e educandos, amaciando essas relações, mas, ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias da escola velha, critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo. E ao realizar-se assim, como prática eminentemente política, tão política quanto a que oculta, nem por isso transforma a escola onde se processa em sindicato ou partido. É que os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas. E não podia deixar de ser assim. As escolas e a prática educativa que nelas se dá não poderiam estar imunes ao que se passa nas ruas do mundo. (FREIRE, 2001, p. 49).

Toda a educação deve ser Educação Popular, independente de onde ou com quem é praticada.

Toda a educação é eminentemente política. É fundamental que tenhamos clareza sobre sua real intencionalidade: a favor de que e de quem é praticada?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hanna. **A Condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As Flores de Abril: Movimentos sociais e Educação ambiental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Minha Casa: o Mundo**. Aparecida, SP. Ideias & Letras, 2008.

CECCON, Sheila. **Educação Ambiental Crítica e a Prática de Projetos**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

_____. **Educar para a Sustentabilidade**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOSWAMI, Amit; REED, Richard e GOSWAMI, Maggie. **O Universo Autoconsciente: como a consciência cria o mundo natural**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1998.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: no consenso um embate?**. Campinas, SP. Papyrus, 2000.